



## **A DINÂMICA DOS SETORES INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS NO BRASIL**

**The dynamics of the industrial and service sectors in Brazil**

Submissão: 01/10/2020

Raquel Fasoli<sup>1</sup>

Aprovação: 03/11/2020

Sabrina Caldeira dos Santos Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O objetivo geral do artigo é avaliar o desempenho da indústria no Brasil a partir de 1990, com ênfase na queda da sua participação no PIB e no crescimento do setor de serviços. Em termos metodológicos, será feita uma análise da trajetória dos setores abordados, utilizando dados obtidos do IBGE e do IPEA DATA a respeito da evolução do valor da produção sobre o PIB, número de empresas, pessoal ocupado, salários, produtividade do trabalho e receitas nos setores industrial e de serviços. A revisão da literatura abordará uma vasta e selecionada bibliografia, a fim de contribuir a outros trabalhos que necessitem de orientação sobre a história da ascensão e queda do setor industrial brasileiro. Busca-se analisar os primórdios do processo de industrialização a partir de 1930, o impacto da abertura comercial de 1990 para a produção industrial, as tentativas de recuperação na década de 2000 e compreender os aspectos fundamentais do avanço das atividades de serviço e o seu papel importante no desenvolvimento econômico. O setor de serviços cresce como uma alternativa para superar o atual quadro de desemprego gerado pela indústria, além de servir de suporte para outros setores, mas para alguns autores é um setor pouco dinâmico. Os resultados visam demonstrar os impactos do aumento da participação de um setor menos dinâmico na economia e a relação desse com a produtividade e receita industrial, bem como os desafios gerados pela crise do COVID-19.

**Palavras-chave:** Indústria. Serviços. Desindustrialização.

### **ABSTRACT**

The general objective of the article is to evaluate the performance of the industry in Brazil since 1990, with emphasis on the decrease of its participation in the GDP and the growth of the services sector. In methodological terms, an analysis of the trajectory of the sectors will be made, using data obtained from IBGE and IPEA DATA regarding the evolution of the production value over GDP, number of companies, employed persons, wages,

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: raquelfasoli17@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: sabrina.caldeira@hotmail.com

labor productivity and revenues in the industrial sectors and services. The literature review will address a vast bibliography in order to contribute to other works that need guidance regarding the history of the rise and fall of the Brazilian industrial sector. The article will analyze the beginnings of the industrialization process from 1930 onwards, the impact of the 1990 trade opening on industrial production and the recovery attempts in the 2000s and try to understand the fundamental aspects of the progress of service activities and their important role in economic development. The services sector grows as an alternative to overcoming the current situation generated by the industry, in addition to serving as a support for other sectors, but for some authors this is a less dynamic sector. The results aim to demonstrate the impacts of increasing the participation of a less dynamic sector in the economy and how it is related to productivity and industrial revenue, as well as the challenges generated by the COVID-19 crisis.

**Keywords:** Industry. Services. *Deindustrialization*.

## 1. INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo avaliar o desempenho da indústria no Brasil abordando a queda da sua participação no PIB e o crescimento do setor de serviços, de 1990 a 2017. Para tal, faz-se necessário uma análise do processo de industrialização do Brasil que se dá a partir de 1930. O ano de 1930 é tido para os principais estudiosos da história da indústria no Brasil como o período em que se inicia a ruptura entre uma economia totalmente dependente da atividade agrária – em especial da atividade cafeeira – e uma economia que irá aos poucos utilizar de sua capacidade ociosa para substituir bens que antes eram importados.

É importante destacar a importância da antiga economia do café. Seu consumo era o que alavancava a economia nacional e, por deter a maior parte da oferta do produto para o mundo, era o Brasil que determinava seu preço. Após a crise de 1929 nos Estados Unidos, a quantidade produzida começa a superar a demanda, o que leva a uma queda no preço do produto e gera uma crise no setor.

Assim, a política do país, é modificada com a revolução de 1930, quando Getúlio Vargas toma posse na presidência, colocando um fim na República Velha. Vargas criou um projeto de industrialização, projeto que visava o crescimento da indústria nacional, fazendo com que o país não caísse na dependência externa e criando leis para incentivar os empreendedores (VALLONE, 2009).

No início da ditadura militar (1964 – 1985) o país passou por momentos de estagnação. Durante a década de 1960 a indústria teve um desempenho fraco, porém, a partir de 1968, o Brasil começa a recuperar sua economia por meio do “Milagre Econômico” (MELO FILHO, 1972). Além disso, como forma de comprovar seu poder autoritário, o

governo investiu fortemente no setor de transporte e energia. Dessa forma, o PIB cresceu 11,73% entre 1968 e 1973 (VELOSO, F. A.; VILLELA A.; GIAMBIAGI F, 2008).

Na década de 1980, o Brasil atravessou do conforto do “milagre econômico”, para o período pós milagre, conhecido como Década Perdida. Durante os anos do milagre, o país contraiu dívidas externas e houve uma explosão da inflação, comprometendo o salário do trabalhador.

Apesar da industrialização tardia, o Brasil começa, segundo Oreiro, Soares e Mutter (2011), já no fim da década de 1980, o seu processo de desindustrialização, se considerada a definição ampliada do seu conceito, onde há “uma perda relativa tanto do emprego quanto do valor adicionado da indústria”. Esse processo é considerado precoce, quando começa em um patamar de renda per capita ainda inferior se comparada com os países desenvolvidos.

Em 1990, Fernando Collor assume a presidência e é durante seu governo que os produtos importados começam a entrar no mercado brasileiro, com a redução dos impostos sobre importações e inicia-se uma série de privatizações das empresas estatais. Ao derrotar a inflação que havia atingido níveis altíssimos, os efeitos iniciais mostravam que o país estava no caminho certo. Devido a acusações de corrupção e o *impeachment* de Collor em 1991, o senador Fernando Henrique Cardoso é nomeado ministro da fazenda pelo presidente Itamar Franco. Foi nesse cenário que a economia do Brasil conseguiu superar a inflação e se estabilizou, com a criação do Plano Real, por Fernando Henrique Cardoso (CANCIAN, 2013).

Um dos objetivos do governo Lula (2003-2010) era o crescimento do prestígio internacional e tinha, portanto, uma política de defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais e buscava alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração no MERCOSUL (DE TONI, 2014). Com o surgimento do Plano Real e a prática de uma política neoliberal houve aumento das expectativas de recuperação da indústria, expectativa que continuou a ser alimentada pelos planos de recuperação lançados na década de 2000. Apesar do esforço, nenhum deles foi suficiente para reerguer tal setor da economia.

Atualmente o Brasil possui uma boa base industrial, produzindo diversos produtos, porém, a indústria do Brasil não vai bem. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, houve um avanço de 2,7% da participação da indústria no PIB brasileiro em relação a 2016, porém em 2018 vê-se uma retração de 0,5% em relação a 2017. Em 2019, o crescimento foi de somente 0,5%.

A importância em realizar essa reflexão, é mostrar como o país chegou a atual crise enfrentada pelo setor industrial. A atividade industrial é uma das que mais geram empregos, por isso, a indústria é a grande responsável em reduzir ou aumentar desigualdades regionais, já que por onde se desloca, move um grande contingente de pessoas e de capital. A indústria está também extremamente ligada às atividades exportadoras, ou seja, é fundamental no estabelecimento de relações do Brasil com outros países. Quando a indústria passa a gerar desemprego, o setor de serviços surge como uma alternativa para contornar esse quadro.

Segundo Silva, Negri e Kubota (2006), o setor de serviços cresceu mais que o comércio e a indústria no que diz respeito ao número de empresas e ao pessoal ocupado, entre 1999 e 2003. Em relação ao montante de remunerações, cresceu tanto quanto o comércio e mais que a indústria e grande parte desse desenvolvimento deve-se a disseminação da internet, transição para o mundo digital e toda a tecnologia que viria surgir.

Os autores explicam que a visão tradicional seria de que o setor de serviços não é tão inovador quanto a indústria já que apenas utiliza e não desenvolve sua própria tecnologia. Ao contrário desse argumento está a questão de que empresas tem procurado serviços cada vez mais profissionalizados, provando que o setor é importante para levar inovações ao que antes era tradicional. Portanto, diante das considerações, buscar-se-á ainda, avaliar o aumento da participação do setor de serviços no PIB e o papel das atividades de serviço para o desenvolvimento econômico. Assim, os resultados da pesquisa são apresentados diante de uma análise quantitativa dos dois setores em pauta.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Uma revisão da literatura sobre o processo de industrialização do Brasil**

Suzigan (2000) reflete sobre quatro hipóteses para a origem da indústria e capital industrial no Brasil que se tornam ponto de partida deste trabalho, sendo a primeira delas a “teoria dos choques adversos”. Segundo o autor, os choques adversos são fatores externos à indústria, mas que afetam diretamente sua produção e sua situação econômica, por exemplo guerras e crises em geral.

Furtado (1967) trata da crise de 1929 e a consequente crise do café como choques adversos que resultaram no enfraquecimento da capacidade de importações e por isso houve necessidade do desenvolvimento da indústria por substituição de importações. Tavares (1972), considera a década de 1930 como “o ponto crítico de ruptura do funcionamento do

modelo primário-exportador”. Para a autora, diante da crise do mercado externo e da queda na capacidade de importações, é usada em um primeiro momento a capacidade ociosa existente para substituir parte dos bens. Mais tarde, utiliza-se a capacidade de importação ainda disponível para investir em novas instalações e dar continuidade ao processo ao qual tinha se dado início.

Um dos pontos principais em torno da análise de Furtado (1967) é sobre a rápida recuperação da crise de 1929 que se vê no Brasil, considerando que em 1931 a produção industrial já retomava os índices anteriores, especialmente no estado de São Paulo. Segundo Suzigan (1989) esse ponto se explica pela já existente indústria por substituição de importações, porém, antes incentivada somente pela demanda e não necessariamente por políticas econômicas, mantendo o desenvolvimento industrial ainda muito discreto. Após o período de crise, observa-se que a taxa de crescimento no setor industrial aumenta, justamente na etapa em que as importações estão estagnadas. Nesse momento, as exportações (que contavam com a importantíssima participação do café) deixam de ser o principal fator de geração de renda, mas mantêm certa importância porque a tecnologia que viria a ser implantada só surgirá por meio das relações externas.

Assim sendo, a política econômica adotada também muda de perspectiva de um período para o outro. Em 1931 as práticas liberalistas são abandonadas e segue-se o período sem grandes incentivos à produção industrial. Porém, o governo intervém nas questões econômicas por um considerável intervalo, perspectiva essa que só se alterará novamente na década de 1950.

A segunda teoria abordada por Suzigan (2000) é a “ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações”. Ela diz que só há crescimento industrial se houver crescimento do setor exportador. Nas fases em que esse crescimento não era suficiente, a indústria também se retraía. Nesse âmbito, Suzigan (2000) confronta as ideias de Dean (1976) e Nicol (1974), autores que abordam a industrialização do Brasil por essa ótica. Suzigan (2000) retrata os estudos de Nicol (1974) como mais consistentes ao passo que ele delimita a relação entre a exportação do café e indústria até 1930 e faz considerações acerca da participação do governo e do capital estrangeiro nesse período.

O terceiro ponto adotado é a “ótica do ‘capitalismo tardio’” que estabelece uma relação entre os fatores externos e os internos, mostrando que um depende do outro já que a industrialização no Brasil surge de uma acumulação de capital do setor agrícola resultante justamente das exportações de café. A questão é que a indústria precisa do capital cafeeiro

para importar seu maquinário, manter a sua mão-de-obra e ainda alcançar um mercado consumidor, por outro lado, o setor cafeeiro dependia da demanda externa.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a indústria crescia quando a exportação do café ia bem, a posição do Brasil de país exportador de produtos primários não deixava com que outros setores se desenvolvessem suficientemente para alcançar verdadeira autonomia. Por isso, a indústria de bens de consumo foi a que mais cresceu e outros produtos continuavam sendo importados, o que mantém o Brasil como um país periférico. É importante ressaltar que essa ótica é válida se aplicada até o ano de 1930 já que diante das políticas monetárias e cambiais implantadas e da menor capacidade de importação, o capital industrial criou determinada independência após a crise de 1929.

A quarta e última interpretação a respeito da origem da indústria no Brasil, definida por Suzigan (2000) é a “ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo”, que tem como objetivo quebrar a ideia defendida na maior parte dos estudos de que o governo pouco interviu para que a indústria se desenvolvesse antes de 1930. A ideia diz que ao serem instituídas tarifas alfandegárias sobre as importações, a proteção oferecida beneficiava sim a indústria.

Além da política protecionista, houve ainda incentivos e subsídios fornecidos pelo governo. De fato, é discutível se esses foram eficazes pois a economia do país ainda era baseada na agricultura e exportação e havia uma resistência por parte das indústrias em aceitar tais subsídios, porém, apesar de nem sempre existir essa eficácia também é errado dizer que o governo estava contra o desenvolvimento da indústria e que em nada contribuiu, principalmente após a Primeira Guerra Mundial. Suzigan (2000) reflete que após a guerra é possível notar uma diferença da participação do Estado, que passou a incentivar determinados setores da indústria diante da escassez de produtos básicos que poderiam estar sendo produzidos dentro do país.

## **2.2 Descrição do modelo neoliberal e planos de industrialização da década de 2000**

O modelo neoliberal defende a política de privatizações de empresas nacionais e a não participação do Estado na economia. Assume que deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Algumas características desse modelo são: livre circulação de capitais internacionais, abertura econômica para a entrada de empresas multinacionais e redução de impostos.

Na década de 1990 o governo de Fernando Collor adota o modelo neoliberal. A partir deste momento o país abre as portas para as empresas internacionais e incentiva a privatização de estatais. O plano de privatizações tinha o intuito de ampliar a receita e cortar os gastos com empresas deficitárias. Já a iniciativa de abrir o mercado para empresas externas, consistia em trazer investidores para o país pois assim estes investiriam em tecnologia e impulsionariam a economia nacional.

Segundo Castelar (1999), a partir desse momento, a aparição de estatais na economia começaria a crescer, devido a diferentes processos, tais como, criar estatais em setores nos quais o setor privado não demonstrava interesse ou condições de investir. O cuidado com a segurança nacional era manter sob controle público indústrias consideradas estratégicas e limitar a participação de empresas estrangeiras na economia brasileira.

No entanto, ao fim do milagre econômico (1968-1973), a rápida expansão do setor estatal começou a causar preocupações. Em artigo apresentado no 21º aniversário do BNDES, Baer, Kerstenetzky e Villela (1973) afirmavam que:

O crescimento contínuo da participação do Estado nas atividades econômicas no Brasil nas últimas três décadas foi quase inevitável. O setor privado brasileiro ainda é relativamente pequeno e não está em condições de exercer um papel importante nas enormes necessidades de infraestrutura do país ou nas indústrias de tecnologia mais sofisticada, que também são as mais dinâmicas – petroquímica, siderurgia, equipamento de transporte etc. Logo, o crescimento do Estado não deve ser considerado como uma ameaça às empresas privadas brasileiras. (BAER, KERSTENETZKY e VILLELA, 1973, p. 281).

Começaram a surgir os primeiros protestos públicos contra a exagerada participação do Estado na economia, devido a piora nas condições econômicas e a decisão do novo governo de reduzir a influência do setor privado na alocação da poupança pública.

No final da década de 70, já começava a fazer parte do discurso governamental a ideia da privatização, devido ao agravamento da situação macroeconômica do país. Ainda em 1979, optou-se por adotar medidas ostensivas com vistas a reduzir a participação das estatais na economia, com a criação do Programa Nacional de Desburocratização e da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (SEST). A partir deste momento, a discussão era o controle da inflação e principalmente a superação da crise cambial.

Sendo as empresas estatais responsáveis por uma parcela considerável do investimento e do consumo domésticos, seria quase impossível estabilizar a economia sem alguma forma de controle sobre o ritmo de expansão dessas empresas e sem eliminar ou pelo menos reduzir seus déficits. Com essa finalidade, uma série de tetos foram estabelecidos para os gastos correntes, de capital e com importações das estatais (WERNECK, 1987).

Tal fato gera após dois anos durante o governo Collor o lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND), o qual amplia significativamente a privatização no Brasil. A mudança no cenário político doméstico e internacional, na mudança no desenvolvimento econômico, bem como a deterioração do desempenho das estatais e nas necessidades da política macroeconômica levaram a modificações na visão sobre o papel do Estado na economia.

Sendo assim, é fato que o Brasil vive na década de 1990 uma grande transição em seu modelo político e econômico considerando a reestruturação produtiva que ocorre na década de 1980. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do Plano Real serve como um impulso para a adoção de novas tecnologias nos principais polos industriais, por exemplo, a automação microeletrônica.

Segundo Kupfer (2003), pequenas melhorias em processos produtivos, renovações em alguns equipamentos e a maior capacidade de importação, que fez diminuir a produção de bens de maior sofisticação tecnológica, justificam em parte a queda no número de pessoas ocupadas na indústria. Da mesma forma, o trabalhador se torna cada vez mais individualizado e possui menor vínculo com a organização a qual é empregado, uma nova estrutura de organização do trabalho industrial que consolida o toyotismo. Essa situação colocou várias vezes em dúvida a eficiência do novo modelo industrial, entretanto, segundo o autor, até 2003, já era aceita a ideia de que a produtividade industrial brasileira avançou de forma importante na década de 1990.

Bastos (2012) salienta o apoio federal existente sobre a política industrial e investimentos a favor de inovações na década de 2000. São destacadas três iniciativas as quais a inovação é colocada como “variável-chave”: a primeira delas foi a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em 2004, seguida da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2008, até o lançamento do Plano Brasil Maior (PBM), em 2011.

“Refletindo o contexto da crise cambial de 1999, a PITCE buscava enfrentar o problema da vulnerabilidade externa” (KUPFER, 2013), ou seja, busca-se inserir a indústria brasileira de forma competitiva no mercado externo, fato que seria inédito para a indústria nacional, que há anos não acompanhava o desenvolvimento de outros países. Pela primeira vez, havia uma política que visava utilizar inovação tecnológica a fim de agregar valor aos produtos que seriam exportados. Foram definidos alguns setores prioritários, sendo aqueles de maior potencial tecnológico, por exemplo, “semicondutores, software, bens de capital,

fármacos e medicamentos e atividades portadoras de futuro, tais como biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis” (BASTOS, 2012).

No período da PITCE, foram consolidadas as linhas centrais da política de inovação do período anterior, que não haviam sido colocadas em prática, sendo aprovadas leis que tornaram tais políticas legais. Seus resultados foram vistos logo em 2004 por meio dos saldos comerciais que se tornaram positivos. Segundo Kupfer (2013), o fluxo de capitais externos inverteu a direção, o real apreciou-se, o PIB acelerou e houve de fato uma ruptura entre o cenário econômico que motivou a criação da PITCE e aquele existente após a aplicação do plano, deixando como legado o fortalecimento da base institucional da política industrial e tecnológica.

Retomando Bastos (2012), a PDP surge como uma revisão da PITCE, em 2008, consequentemente em um cenário muito diferente e consideravelmente melhor que aquele ao qual o primeiro plano foi criado. Subiram as metas de ampliação do investimento, do gasto privado em pesquisa e desenvolvimento e da participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais. Diferentemente da PITCE, a PDP não promoveu mudanças legais profundas, apenas buscou aperfeiçoar os instrumentos já promovidos pela primeira política e aprofundar tendências que surgiram com a aplicação da PITCE.

A grande crise de 2008 atinge seu ápice poucos meses após o lançamento da PDP, o que ameaça a direção a qual os investimentos tomariam. Tanto Bastos (2012) quanto Kupfer (2013) destacam as medidas anticíclicas tomadas, ou seja, aquelas definidas a fim de diminuir os efeitos daquele ciclo econômico. Bastos (2012) destaca as medidas de desoneração tributária que resultou em profunda redução do custo e expansão do crédito ao investimento e à inovação. Tal medida foi tomada por meio da transferência de recursos do Tesouro Nacional ao BNDES, visando a uniformidade das taxas de juros que constituiu uma importante alternativa de financiamento para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Segundo Kupfer (2013), as metas do PBM, assim como o a PDP, incluíram o aumento de investimentos em capital fixo no país, a elevação do gasto privado com ciência e tecnologia e a ampliação da parcela da indústria no PIB. Segundo o autor, o plano foi elaborado sob a expectativa de que o pior da crise havia ficado para trás, porém, a tendência de acirramento da concorrência tanto no mercado interno quanto no externo fez com que o plano não alcançasse seu total sucesso.

A política acabou sendo, na prática, direcionada para a defesa do mercado interno, tentativa de desvalorização do dólar e de recuperação da competitividade e produtividade da

indústria. Entretanto, os resultados não têm sido efetivos se considerada a contínua queda da participação da indústria no PIB.

### **2.3 O Processo de desindustrialização**

A respeito do processo de desindustrialização, Cano (2014), em seu texto apresentado no II Congresso Internacional do Centro Celso Furtado aborda a questão de países desenvolvidos e alguns subdesenvolvidos, com destaque para o Brasil. Cano (2014) levanta os motivos pelos quais a desindustrialização no Brasil tem sido precoce.

Oreiro, Soares e Mutter (2011) explicam que desindustrialização natural geralmente ocorre nos países desenvolvidos, onde em consequência do aumento da renda per capita, a demanda por produtos industrializados diminui e por isso a produtividade também cai. Tal processo é considerado precoce quando começa em um patamar de renda per capita ainda inferior se comparada com os países desenvolvidos.

Retomando o argumento de Cano (2014), o primeiro dos motivos de desindustrialização precoce é o câmbio excessivamente valorizado desde a instauração do Plano Real. Essa política cambial vinha sendo utilizada sistematicamente para estabilizar a inflação desde 1994, o que acaba por incentivar às importações (que ficam mais baratas) e desestimular às exportações (que ficam mais caras), prejudicando o desenvolvimento da indústria nacional.

A valorização cambial vem acompanhada de elevadas taxas de juros e desregulamentação fiscal e todos esses fatores juntos, enfraquecem o poder competitivo da indústria brasileira. A abertura comercial dos anos 1990 e a diminuição do grau de proteção da indústria local é apontada por Cano (2014) como um segundo motivo para a precoce desindustrialização do Brasil, contribuindo para enfraquecer os produtos brasileiros diante da concorrência internacional.

As taxas de juros elevadas e recorrentemente associadas as altas taxas de lucro por parte dos grandes empresários foi por muitos anos responsável pelo sucateamento de recursos na área industrial, levando investimento especialmente ao setor financeiro. Os baixos investimentos na indústria tornam-na obsoleta, sem novidades e com baixo crescimento, sendo esse um terceiro motivo para a precoce desindustrialização do Brasil.

O quarto motivo é o investimento direto estrangeiro, que a princípio é visto como bom se analisada a participação no PIB, porém, Cano (2014) argumenta que tal fator deveria ser tratado com mais detalhes. O autor analisa que a participação da indústria de transformação

no IDE (investimento direto estrangeiro) no Brasil, cai de 75% em 1980 para 30% a 40% a partir de 2001. Um dos motivos de tal fato é a transferência de IDE para a China. O resultado do conjunto desses fatores, é a perda de competitividade de produtos brasileiros que antes eram exportados, o país passa a importar tais produtos, e os investimentos no setor se tornam mais específicos e oportunistas.

Por fim, o quinto e último motivo pelo qual a desindustrialização brasileira tem sido precoce, segundo Cano (2014), são as crises mundiais e desaceleração da economia que se tem a partir de 2007. Em consequência disso, os investimentos na indústria se reduziram mais ainda e os países subdesenvolvidos também perderam espaço na produtividade mundial.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para avaliar o aumento da participação do setor de serviços no PIB, realizar-se-á um levantamento quantitativo com dados do IBGE e do IPEA DATA a respeito do número de empresas, pessoal ocupado, salários, produtividade do trabalho e receitas nos setores industrial e de serviços. Os principais dados foram obtidos por meio da Pesquisa Industrial Anual Empresa (PIA – Empresa), nos anos de 2008 a 2017, período em que houve a padronização dos dados, bem como da Pesquisa Anual de Serviços (PAS), pela qual foi possível analisar os principais resultados das empresas prestadoras de serviços não financeiros até 2017.

Segundo o IBGE, “a Pesquisa Industrial Anual Empresa (PIA – Empresa), tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no país e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando-se como base uma amostra de empresas industriais. [...] A partir de 2007 a pesquisa passa a utilizar a CNAE 2.0, classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos. Antes da elaboração e implementação da CNAE, o sistema estatístico nacional e os registros administrativos utilizavam diferentes classificações de atividades. ”

Ainda segundo o IBGE, “a Pesquisa Anual de Serviços - PAS tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade de serviços no País e suas transformações no tempo, contemplando, entre outros aspectos, dados sobre pessoal ocupado, salários, receitas, despesas e valor adicionado bruto. Seus resultados constituem referência para a análise das atividades que compõem este setor e subsidiam as estimativas

macroeconômicas do Sistema de Contas Nacionais - SCN. ” As atividades de serviços são ainda, divididas em sete grandes segmentos apontados pelo IBGE:

- a) *Serviços prestados principalmente às famílias;*
- b) *Serviços de informação e comunicação;*
- c) *Serviços profissionais, administrativos e complementares;*
- d) *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio;*
- e) *Atividades imobiliárias;*
- f) *Serviços de manutenção e reparação;*
- g) *Outras atividades de serviços.*

Destaca-se que as variáveis salários, produtividade do trabalho e receitas foram deflacionadas pelo índice IGP-DI, de forma que sejam analisados valores reais. O “Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna” (IGP-DI), é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo o Relatório de Metodologia da FGV (2016) esse índice representou, durante anos, a inflação oficial do Brasil. O mesmo mede a variação de preços em geral na economia e possui quatro índices componentes: Índice de Preços ao Produtor Amplo, antigo Índice de Preços por Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). O conceito de DI refere-se à variação de preços que afetam atividades econômicas relativas à produção nacional e às importações.

Tabela 1 – Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI)

Ano	IGP-DI - geral - centrado - fim período - índice (ago. 1994 = 100)
2008	392,9434
2009	399,9825
2010	422,2918
2011	458,2786
2012	485,6754
2013	515,2143
2014	542,8355
2015	580,2968
2016	639,4314
2017	645,5893

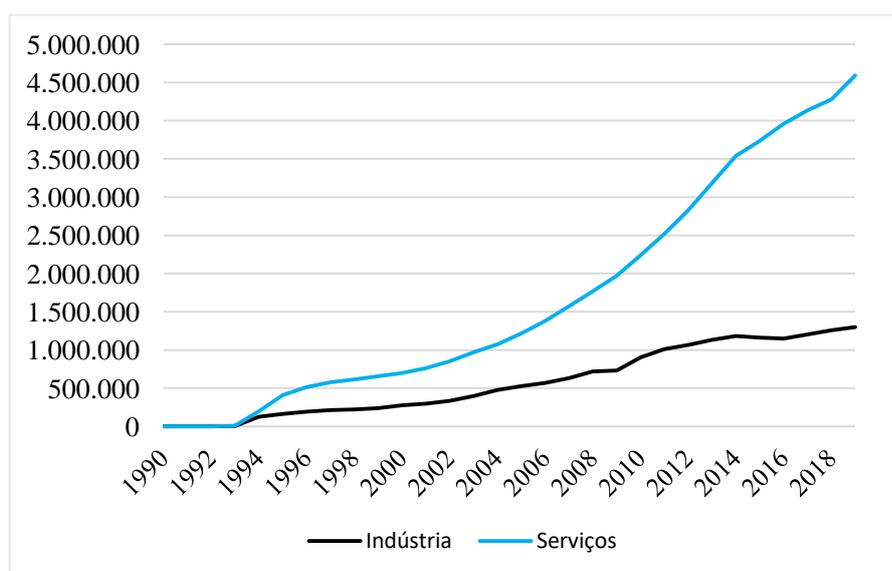
Fonte: IPEA DATA

A produtividade do trabalhador foi calculada para a indústria conforme o método adotado pelo IBGE, dado pela razão entre o valor da transformação industrial<sup>3</sup> e o número de pessoas ocupadas. Para os serviços, foi calculada a partir da razão entre o valor adicionado do setor e o número de pessoas ocupadas.

Em 2017, o setor de serviços no Brasil compreendia 1.306.671 empresas e 12.302.757 pessoas ocupadas, segundo a Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em comparação, conforme a Pesquisa Industrial Anual Empresa (PIA – Empresa) 2017, o número de empresas no setor industrial era aproximadamente 4 vezes menor, contemplando 318.285 estabelecimentos com um pessoal ocupado de 7.695.070.

Considerando a questão e a importância em que o setor de serviços vem ganhando no PIB brasileiro, busca-se realizar um levantamento quantitativo em relação aos setores industriais e de serviços. Na FIG. 1 estão reunidos dados do IPEA DATA referentes a evolução de ambos os segmentos no PIB brasileiro de 1990 a 2019. A partir do ano de 1993, os dois passam a crescer de forma considerável, porém é nítido como o setor de serviços evolui de forma melhor. A participação da indústria no PIB vem crescendo até o ano de 2015, quando sofre uma queda e volta a se recuperar aos poucos apenas em 2017. Já quanto ao setor de serviços, não há queda, mesmo diante do período de recessão enfrentado pelo país nos anos de 2015 e 2016.

Figura 1 – Participação da Indústria X Serviços no PIB (1990 a 2019)

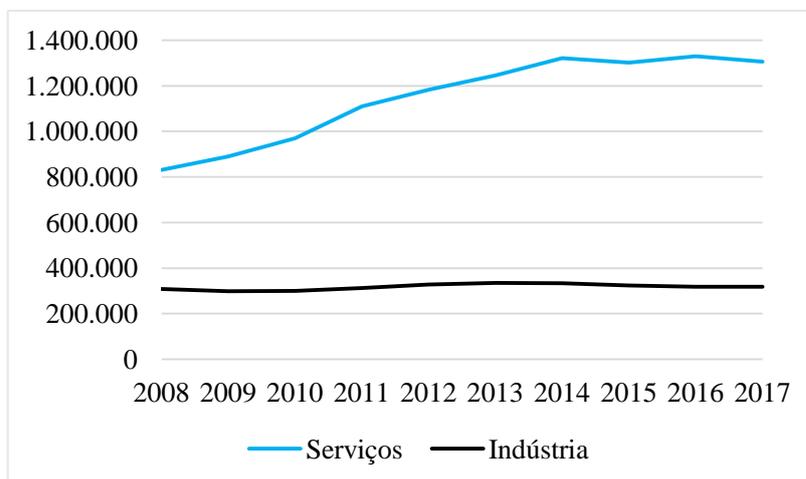


Fonte: IPEA DATA. Elaboração Própria.

3 O valor da transformação industrial é, segundo o IBGE, uma aproximação para o “valor adicionado da indústria”, dado a partir do cálculo: (valor bruto da produção industrial - custos das operações industriais).

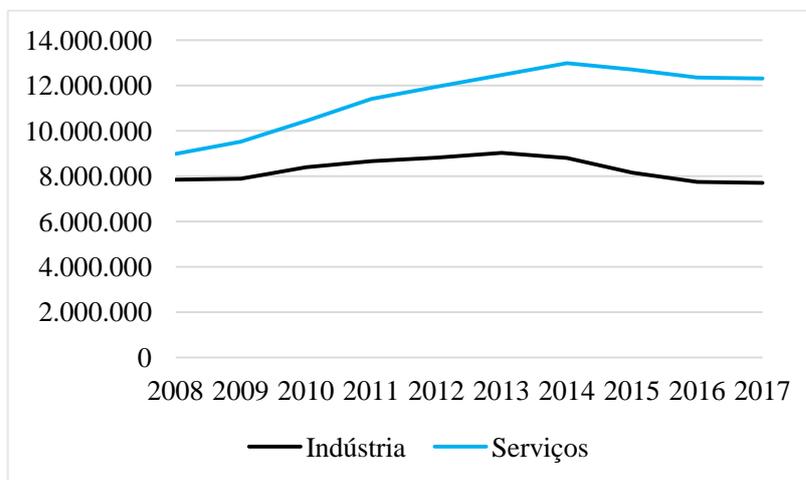
Abaixo serão tratadas algumas variáveis específicas utilizando-se dados da Pesquisa Industrial Anual Empresa (PIA – Empresa), bem como da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) de 2008 a 2017.

Figura 2 – Número de empresas (unidades)



Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Figura 3 – Pessoal ocupado em 31/12 (pessoas)



Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

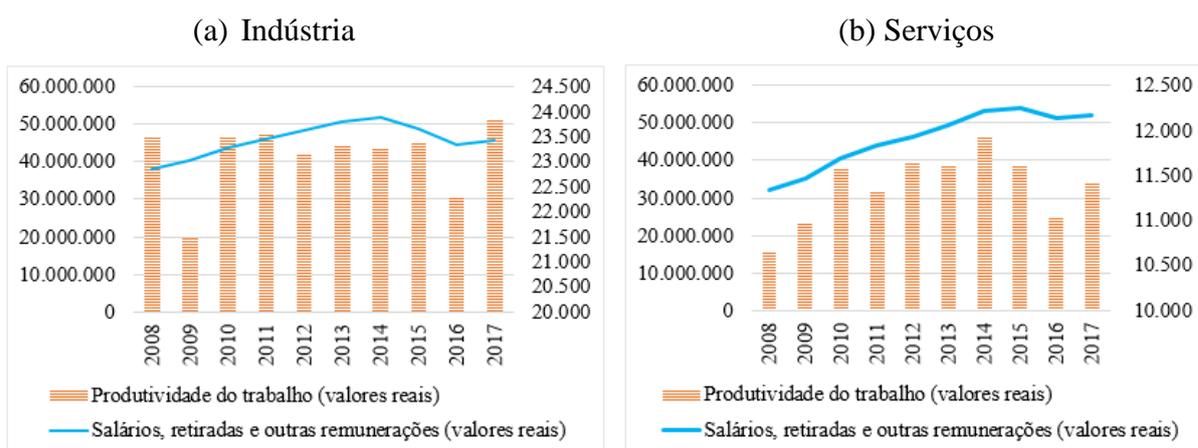
Pode-se notar que até o ano de 2012 o número de pessoas ocupadas na Indústria segue aumentando assim como o número de empresas, com exceção do ano de 2009, em que houve uma queda de aproximadamente 3,2% no número de estabelecimentos. Parte da queda se deve as medidas anticíclicas adotadas pelo governo com o objetivo de amenizar os efeitos da crise de 2008. Apesar disso, o número de pessoas ocupadas continuou em crescimento.

A partir de 2013, observa-se o efeito contrário. O número de estabelecimentos cai, assim como o número de pessoas ocupadas. É nesse momento que aumenta a diferença entre os dois setores em análise. O número de empresas no setor de serviços vem oscilando desde 2013, porém, com números consideravelmente maiores que aqueles observados até o ano de 2008. O mesmo acontece com o número de pessoas ocupadas, que passa a sofrer apenas uma pequena queda a partir de 2015.

Parte do problema é que em 2013 havia uma proporção de 10 trabalhadores por estabelecimento no setor de serviços, contra 27 na indústria. Em 2017 essa diferença pouco se alterou, tendo no setor de serviços uma proporção de 9 trabalhadores por estabelecimento contra 24 na indústria. Essa comparação gera reflexões acerca do papel do setor de serviços na economia. Apesar de ter maior representatividade no PIB e um maior número de estabelecimentos, o setor de serviços é frequentemente colocado em questionamento considerando sua baixa produtividade.

Silva, Negri e Kubota (2006) tratam do dilema destacando uma visão tradicional de que o setor não é tão inovador quanto a indústria já que apenas utiliza e não desenvolve sua própria tecnologia. Para Silva, Kubota, Gottschalk e Moreira (2006) “um aumento contínuo da participação na economia de um setor pouco dinâmico” acaba por causar a desaceleração da produtividade industrial.

Figura 4 – Salários, retiradas e outras remunerações X Produtividade (valores reais)



Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Na FIG. 4 é possível visualizar a evolução dos salários reais em ambos os setores. Para a indústria, os salários estão desde o início do período em aumento contínuo, considerando a exigência de mão-de-obra cada vez mais especializada, conforme a nova estrutura de organização do trabalho industrial que consolida o toyotismo na década de 1990. Entretanto,

os salários do setor de serviços ultrapassam as remunerações da indústria no ano de 2013. Em 2016 sofrem uma pequena queda, mas voltam a se recuperar em 2017.

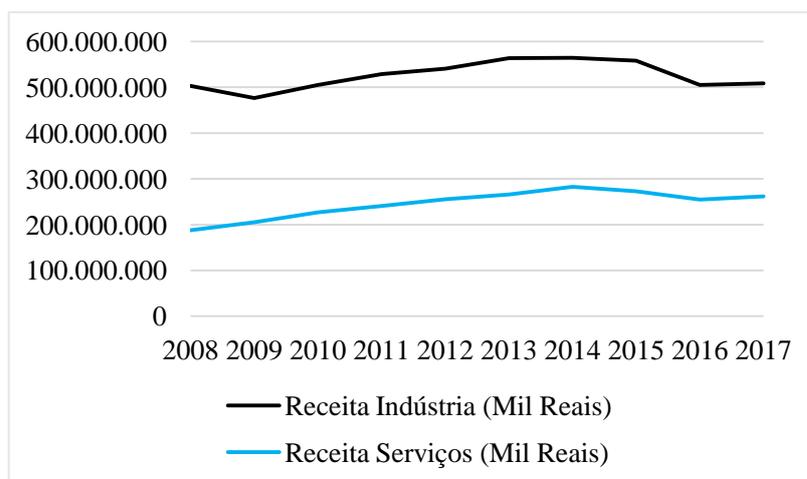
Quanto aos índices reais de produtividade do trabalho, a produtividade dos serviços vem representando cerca de metade da produtividade da indústria e vem se afastando da curva de salários no setor. Esse fenômeno, conforme já apontado por Silva, Menezes Filho e Komatsu (2016), “representa o crescimento de custos de produção, que podem não estar sendo compensados pelo crescimento da produtividade. No caso extremo, o crescimento dos custos acima da produtividade pode passar a sufocar as atividades econômicas e chegar a inviabiliza-las”, agravando, portanto, os problemas entorno da participação do setor na economia.

Segundo Silva, Kubota, Gottschalk e Moreira (2006), durante as décadas de 1980 e 1990, foram levantadas várias questões a respeito das particularidades da produtividade do setor de serviços e seu impacto para o crescimento econômico. Um deles foi o “Paradoxo de Solow” conforme o qual, os EUA durante as décadas de 1970 e 1980 passou por grandes investimentos em tecnologia da informação e apesar disso, não teve aumento da produtividade na economia.

Tentando explicar os motivos dessa estagnação na produtividade, Silva, Kubota, Gottschalk e Moreira (2006) utilizam das contribuições de Griliches (1992) e Gordon (1987). Foi identificado que a difícil mensuração de certas variáveis no setor de serviços acabava por não as considerar nas estatísticas, o que levava aos estudiosos acreditarem que a indústria era o setor em crescimento. Ao identificar as falhas de mensuração, foi possível entender que os índices de produtividade da indústria estavam sendo na verdade superestimados. Grande parte da indústria dependia de determinados serviços como insumos intermediários, ou seja, aqueles comprados de outras empresas para elaboração dos próprios produtos.

Uma segunda preocupação, segundo Silva, Kubota, Gottschalk e Moreira (2006) é a tendência de o setor industrial adquirir cada vez mais receita a partir de serviços complementares a seus produtos. “Esse fenômeno acabaria por criar incentivos para o deslocamento de recursos em direção a atividades prestadoras de serviço, em detrimento das atividades tradicionais – supostamente mais produtivas.”

Figura 5 – Receitas e valor bruto da produção (em valores reais)

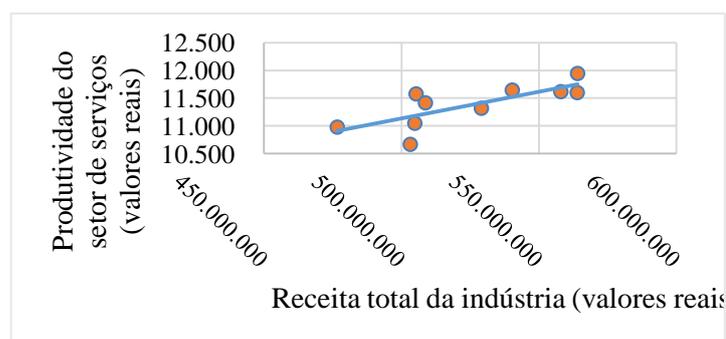


Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Refletindo o segundo problema apontado pelos autores, pode-se visualizar na FIG. 5 que a receita gerada pela indústria segue em níveis consideravelmente mais altos que aqueles obtidos no setor de serviços. O ponto é que a trajetória da receita industrial tem acompanhado a trajetória da produtividade dos serviços: de 2014 para 2015, a queda de 2,74% na produtividade dos serviços acompanhou a queda de 1,07% na receita industrial. De 2015 para 2016 a queda é ainda maior, 4,93% na produtividade dos serviços e 9,53% na receita industrial. Em 2017, vê-se uma pequena recuperação em que a produtividade dos serviços e a receita industrial crescem, respectivamente, em 3,36% e 0,77%.

Considerando o histórico dos 10 anos em análise (2008 a 2017) as duas variáveis vêm mostrando ainda uma correlação linear positiva e relativamente forte, de aproximadamente 76,2%, demonstrada na FIG. 6 pela linha pontilhada azul. Portanto, se houver um aumento na primeira variável, há uma tendência de que a segunda siga o mesmo comportamento e vice-versa.

Figura 6 – Correlação entre a produtividade do setor de serviços e a receita total da indústria



Fonte: Elaboração Própria.

Contrariando a visão tradicional acerca do setor de serviços há uma consideração de que empresas tem procurado serviços cada vez mais profissionalizados, provando que o setor é importante para levar inovações ao que antes era tradicional, sem contar as novas áreas que surgiram dentro do setor justamente em função de novas tecnologias. Porém, o setor de serviços é um dos mais prejudicados pela crise e medidas de isolamento social necessárias diante da pandemia do COVID-19. A precibilidade é uma das características do setor que tende a agravar os efeitos da crise. Os serviços, diferente de produtos industriais, não podem ser estocados e por isso, exigem uma séria gestão em busca de um equilíbrio entre demanda e oferta. Isso significa que o serviço não realizado durante o período de isolamento social, não será recuperado.

Segundo o IBGE, houve uma retração de -9,7% na participação do setor no PIB no segundo trimestre de 2020 em relação ao primeiro e -11,2% em relação ao segundo trimestre do ano passado, a maior queda já registrada na série histórica. Dados gerados pela Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE a respeito da variação do índice de receita nominal de serviços e do índice de volume de serviços, o mês de maio de 2020 registrou os índices mais altos de retração do ano: as receitas nominais do setor chegaram a uma queda de 18,6% em relação a maio de 2019.

Para De Negri, Salerno e Castro (2005), “um ciclo de desenvolvimento sustentado terá qualidade muito superior, caso se consiga articular a política industrial, tecnológica e de comércio exterior com a política educacional, a política nacional de desenvolvimento regional, com políticas de renda e com investimentos focados em infraestrutura. ” Realidade que não vem sendo refletida no Brasil.

A economia brasileira não tem apresentado sinais de reação diante do processo vagaroso na implementação das reformas políticas e outros fatores, como a insegurança de se investir no país. A valorização cambial adotada após a implantação do plano real com o objetivo de estabilizar a inflação acaba por incentivar um consumo a produtos importados que tende a enfraquecer a indústria. As elevadas taxas de juros e desregulamentação fiscal que por anos foram praticadas no Brasil também acabaram por desviar recursos da atividade industrial, levando investidores a aplicar seus recursos em outras atividades e produtos que pareciam mais rentáveis e mais seguros.

Esse perfil começou a mudar somente nos últimos 3 anos e tende a ser acelerado pela crise mundial ocasionada pelo COVID-19, por outro lado, a desigualdade de renda, acesso à educação e outros fatores sociais tendem a impactar de forma negativa a economia do Brasil. Externamente, o conflito entre EUA e China que vem se estendendo por alguns anos também

impacta a economia brasileira. O IDE (investimento direto estrangeiro) no Brasil caiu consideravelmente nas últimas décadas e um dos motivos é a transferência de IDE para a China. Portanto, uma série de fatores nacionais em conjunto as instabilidades internacionais, contribuem para que as projeções da participação da indústria no PIB, sigam discretas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar de sua industrialização tardia, o Brasil encara desde o fim da década de 1980 um processo de desindustrialização. Por meio de uma análise histórica sobre o surgimento da indústria, foi possível observar que já havia um mínimo desenvolvimento industrial anterior à crise de 1929, porém incentivado somente pela demanda, sem um verdadeiro incentivo do governo. Foi visto ainda que diante da menor capacidade de importação a partir de 1930, foram implantadas políticas monetárias e cambiais que possibilitaram determinada independência da indústria em relação ao setor exportador.

Outro ponto em destaque é a participação do governo para desenvolvimento industrial. Com uma queda das políticas cambiais, o preço da maquinaria subia e por isso, caía o investimento em produtos importados. A maior proteção incentivada pelo governo fazia subir a produção nacional. Buscando aprofundar a análise sobre a consolidação da indústria por substituição de importações foi visto que essa, em um primeiro momento utiliza-se da capacidade ociosa para substituir parte dos bens e mais tarde, utilizará da capacidade de importação ainda disponível para investir em instalações, maquinaria e equipamentos.

No início da década de 1970 começa a fazer parte do discurso governamental a ideia de privatização devido ao agravamento da situação macroeconômica do Brasil. Ainda no referencial teórico foi visto que com as políticas neoliberais e a abertura do mercado às importações no início dos anos 1990, alguns produtos estrangeiros tendem a dominar o mercado brasileiro. Posteriormente, a valorização do real frente ao dólar desde o Plano Real como forma de combate à inflação contribuiu para a perda de competitividade nas exportações, o que também afetou a produtividade da indústria.

Além da forte influência da valorização do câmbio, foi possível observar o insucesso dos planos de recuperação industrial no governo Lula, em função da crise de 2008 e mais tarde, problemas de gestão e denúncias de corrupção, que só colaborariam para maior ineficiência. Por fim, foram levantados no referencial teórico, os motivos da desindustrialização precoce do Brasil.

Como uma alternativa à queda da indústria, entra o setor de serviços. A diversidade deste setor dificulta sua análise. Nele estão incluídos desde os grandes conglomerados financeiros, altamente capitalizados, com trabalhadores organizados em fortes sindicatos, até o comércio varejista. No setor de serviços incluem-se, portanto, tanto os segmentos de trabalhadores privilegiados, como aqueles informais que não encontram ocupação em outras áreas. Assim, uma análise única deste diferente universo pode levar a conclusões simplificadas que se afastam da realidade.

Sendo assim, é identificado que existem alguns problemas em torno da maior participação dos serviços no PIB, sobretudo, o fato do setor acabar por reter para si a produtividade da indústria. O aumento dos serviços intermediários na indústria, cria uma falsa expectativa de recuperação da mesma, além disso, os serviços complementares têm sido amplamente utilizados. Apesar da ideia tradicional de que o setor de serviços não é capaz de gerar inovação vir sendo amplamente discutida e colocada em questionamento, a situação da indústria é preocupante.

Diante desses fatos e da controversa participação dos serviços no PIB, conclui-se que a fim de solucionar o problema de um setor pouco produtivo é preciso reconstruir todo o ambiente de negócios nacional. O Brasil se tornou um recanto de escândalos políticos que não atraem investidores, dono de um sistema tributário caro, complexo e extremamente burocrático em diversas esferas. Enquanto essas questões prevalecerem no ambiente econômico nacional, a economia não dará sinais de reação, tampouco os indicadores da indústria.

## REFERÊNCIAS

- BAER, Werner; KERSTENETZKY, Isaac; VILLELA, Annibal. The changing role of the state in the Brazilian economy. **World Development**, v. 1, n. 11, p. 23-24, nov. 1973.
- BASTOS, Valéria Delgado. 2000-2010: uma década de apoio federal à inovação no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 127-175, jun. 2012.
- CANCIAN, Renato. **Matéria**. 20 dez. 2013. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-collor-de-mello-1990-1992-presidente-renuncia.htm>>. Acesso em 17 setembro 2018.
- CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO CELSO FURTADO, II, 2014. Campinas, SP. **(Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento...** Campinas: IE/Unicamp, set. 2014.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo: 1880-1945**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. 2. ed. São Paulo: Difel, 1976.
- DE NEGRI, João Alberto; SALERNO, Mario Sergio e CASTRO, Antônio Barros. Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. In: DE NEGRI, J.A.; SALERMO, M. S. (Org.). **Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras**. Brasília: Ipea, 2005. Cap. 1, p. 5 – 46.

- DE TONI, Jackson. **Dez anos da política industrial: conquistas e desafios a superar**. Carta Capital. 2 abril 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/dez-anos-da-politica-industrial-brasileira-conquistas-e-desafios-a-superar-2913/>>. Acesso em 17 setembro 2018.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- GORDON, R. The postwar evolution of computer prices. **National Bureau of Economic Research**, Working Paper 2227, 1987.
- GRILICHES, Z. (Ed.). **Output measurement in the service sectors**. University of Chicago Press, 1992.
- KUPFER David. Dez anos de política industrial. **Valor Econômico**, 8 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/opiniao/3189592/dez-anos-de-politica-industrial>>. Acesso em 26 maio 2019.
- KUPFER David. Política industrial. **Econômica**, Rio de Janeiro, dez. 2003, v. 5, n.2, p.91-108, dez. 2003/ Imprensa em mai. 2004.
- MELO FILHO, Murilo. **O milagre brasileiro**. Rio de Janeiro: Bloch, 1972.
- NICOL, Robert N. V. C. **A agricultura e a industrialização no Brasil: 1850-1930**. 1974. Tese (doutorado) - Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.
- OREIRO, José Luis; SOARES, Cristiane; MUTTER, Anderson. Desindustrialização no Brasil e suas causas. **Valor Econômico**, 1 jun. 2011. Ano 12, caderno 1, n. 2768, p. 10.
- PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: por quê? Até onde? Até quando? In: GIAMBIAGI, Fabio; MOREIRA, Maurício Mesquita (Org). **A economia brasileira nos anos 90**. 1. ed. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999. p. 147-182.
- SILVA, Alexandre Messa; DE NEGRI, João Alberto e KUBOTA, Luis Claudio. Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil. In: KUBOTA, L. C. (Org.); DE NEGRI, J. A. (Org.); **Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2006.
- SILVA, Alexandre Messa; KUBOTA, Luis Claudio; GOTTSCHALK, Martim Vicente e MOREIRA, Sérvulo Vicente. Texto para discussão nº 1173. **Economia de Serviços: uma revisão de literatura**. Brasília: abril de 2006.
- SILVA, Camila Monaro; MENEZES FILHO, Naercio A.; KOMATSU, Bruno Kawaoka. **Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira**. São Paulo: Insper, 2016.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, Ed. Da Unicamp, 2000.
- SUZIGAN, Wilson. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30. **Valor Econômico**, v. 4, n. 1, p. 132-143, jan./mar. 1989.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- VALLONE, Giuliana. Crise de 1929 atingiu economia e mudou a ordem política no Brasil. **Folha de São Paulo**. 24 out. 2009. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mercado/2009/10/642391- crise-de-1929-atingiu-economia-e-mudou-a-ordem-politica-no-brasil.shtml>>. Acesso em 15 maio 2018.
- VELOSO, Fernanda; VILLELA André e GIAMBIAGI Fabio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1628-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62, n.2, p. 221-246, abr. /jun. 2008.
- WERNECK, Rogério L. Furquim. **Empresas estatais e política macroeconômica**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987.